



Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

UM OLHAR DA SEMIÓTICA PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS EM AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: ENTRE O SER E PARECER

¹Maria Isabela Bertolini Viol, ²Maria Eduarda Gomes Ribeiro

¹UFMG/Estudante/Terapia ocupacional, mariaisabelaviol@ufmg.br

²UFMG/Estudante/Terapia ocupacional, dudaribg22@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes virtuais de aprendizagem. Por meio de uma análise semiótica de documentos institucionais, especialmente do Ministério da Educação (MEC), investigamos como os discursos sobre cidadania e diversidade aparecem no contexto da educação a distância. Os resultados apontam que, apesar do discurso oficial afirmar a importância da inclusão, muitas vezes há uma distância entre o que se diz e o que é realmente vivenciado pelos estudantes autistas.

Palavras-chave: Autismo, Ensino a Distância, Inclusão Escolar, Ambientes Virtuais,

Maria I. B. Viol, Maria E. G Ribeiro	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	-----	------	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Semiótica.

1. Introdução:

Com o avanço das tecnologias digitais, o ensino a distância (EAD) se tornou uma alternativa comum para muitas instituições de ensino, principalmente após a pandemia de COVID-19. Esse modelo de ensino trouxe novas formas de acesso ao conhecimento, mas também impôs novos desafios para garantir a inclusão de todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades específicas, como os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A inclusão escolar é um direito assegurado por políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). No entanto, no ambiente virtual, esse direito nem sempre se concretiza, pois muitas plataformas e metodologias não são pensadas considerando a diversidade de perfis de aprendizagem.

Este artigo busca refletir sobre o que os discursos institucionais dizem sobre a inclusão no EAD e como esses discursos podem, muitas vezes, parecer inclusivos, sem realmente garantir a participação efetiva dos estudantes autistas.

2. Referencial Teórico

Este trabalho parte da semiótica discursiva, que permite entender como o discurso é construído para convencer e produzir sentidos. Utilizamos o conceito de semiótica discursiva, apresentado por DARIZ, 2018, como ferramenta para compreender como os discursos sociais constroem sentidos e naturalizam valores. De modo que, identificamos as estratégias enunciativas que organizam o sentido nos textos. No caso do discurso institucional do MEC, percebe-se a construção de uma imagem de inclusão, que produz o efeito de sentido de compromisso com os

Maria I. B. Viol, Maria E. G Ribeiro	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:				Produção:
					
					



estudantes autistas no EAD. Contudo, essa imagem frequentemente não se traduz em ações concretas, revelando uma tensão entre ser e parecer no processo de significação.

A inclusão digital e educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino a distância ainda enfrenta muitos desafios, mesmo quando a legislação aparenta estar avançada. Segundo Soares, Araújo e Palitot (2021), durante o ensino remoto emergencial, alunos com TEA tiveram dificuldades importantes, como a falta de mediação adequada, problemas de interação, sobrecarga sensorial e barreiras na comunicação, elementos que dificultam a real participação desses estudantes nas aulas virtuais.

Gomes Alves et al. (2025) também destacam que, embora existam tecnologias digitais disponíveis para promover a inclusão, muitas delas não são pensadas com a participação ativa dos próprios alunos com autismo, o que torna essas ferramentas pouco eficazes na prática. Isso mostra como é comum que os discursos sobre inclusão fiquem apenas no plano das ideias ou das intenções.

Além disso, Souza e Milhomem (2024) reforçam que a pandemia evidenciou a distância entre o que é dito nas políticas públicas e o que de fato acontece nas escolas e plataformas de EAD. Apesar de termos uma política do MEC que fala em inclusão, na prática muitos professores não recebem formação suficiente para lidar com a diversidade de necessidades que aparecem nas salas de aula virtuais.

3. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva e interpretativa, baseada na análise semiótica discursiva. O corpus principal do estudo foi composto por trechos do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), com foco nas seções que abordam inclusão, diversidade e uso de tecnologias na educação.

Maria I. B. Viol, Maria E. G Ribeiro	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:	Produção:			
	    	 			



A análise foi feita em três etapas:

1. Seleção dos trechos do documento que tratam de inclusão no contexto educacional, com atenção para menções à tecnologia e ao público com TEA;
2. Aplicação dos conceitos semióticos para entender como o discurso é construído;
3. Reflexão crítica com base em autores da área de educação inclusiva e tecnologias, relacionando o que o texto diz com a realidade vivida pelos estudantes autistas no ensino remoto.

O objetivo foi entender se o discurso oficial realmente garante a inclusão digital e educacional dos estudantes com TEA ou se apenas afirma essa ideia de forma simbólica.

4. Análise e Interpretação dos Dados

O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) afirma que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade com a valorização da diversidade humana” (p. 3). Esse trecho revela um quadro de valores baseado na justiça, diversidade e cidadania. Contudo, ao analisarmos mais de perto o discurso, tornam-se evidentes as contradições entre o que se declara e o que de fato se concretiza, o que, na semiótica, corresponde à função veridictória do parecer versus o ser.

Apesar da ênfase na valorização das diferenças, o documento é pouco específico em relação à inclusão de estudantes com TEA em contextos virtuais. Isso evidencia uma lacuna, pois o crescimento do uso de plataformas digitais exige uma adaptação pedagógica e tecnológica real, o que não é explicitado no texto oficial. A ausência de orientações concretas cria um efeito de verdade que transmite a impressão de uma inclusão efetiva, quando, na prática, ela pode não acontecer.

Maria I. B. Viol, Maria E. G Ribeiro	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
Realização:	Apoio:	Produção:			
	    	 			



A dialogia no discurso do MEC revela que há uma tentativa de responder às pressões sociais por equidade e direitos. No entanto, o texto evita detalhar como essas promessas se aplicam a cenários virtuais, mantendo um tom genérico. Isso pode gerar dificuldades na prática pedagógica, como apontam pesquisas recentes que relatam que muitos estudantes com TEA enfrentam obstáculos de acessibilidade nas plataformas, falta de mediação humana e metodologias que não respeitam seus tempos e modos de aprendizagem (GOMES et al, 2025).

Ao adotar um tom institucional e politicamente correto, o texto do MEC contribui para uma aparência de compromisso com a inclusão, mas sem garantir as condições reais para sua concretização nos ambientes virtuais.

5. Conclusão

A análise semiótica realizada neste artigo mostra que o discurso oficial sobre inclusão de estudantes autistas nos ambientes virtuais de aprendizagem está mais próximo do “parecer” do que do “ser” inclusivo. Embora a Política Nacional de Educação Especial defenda valores importantes, como cidadania e diversidade, ela apresenta lacunas quando se trata da inclusão em contextos mediados por tecnologias digitais.

É necessário que os documentos institucionais avancem em direção a uma inclusão real, com orientações claras sobre práticas pedagógicas, formação docente e acessibilidade nos ambientes virtuais. A semiótica, ao permitir a leitura crítica dos discursos, ajuda a revelar essas contradições e aponta para a necessidade de uma escuta mais atenta às experiências dos estudantes com TEA, que devem ser protagonistas na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, também no ambiente digital.

Maria I. B. Viol, Maria E. G Ribeiro	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	-----	------	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:





Universidade Federal de Minas Gerais
UEADSL 2025.1 - Liberdade e Cidadania

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DARIZ, Marília. Introdução à semiótica discursiva. Brasília: CAPES/UAB/IFSC, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/429887>.

GOMES ALVES, Adriana et al. Design participativo de tecnologia digital acessível para inclusão de acadêmicos com autismo no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 31, e0233, 2025.

SOARES, Maria Gabriela Vicente; ARAÚJO, Bruna Carvalho; PALITOT, Mônica Dias. Desafios enfrentados por pessoas com autismo frente ao ensino remoto emergencial. *Anais do CONEDU*, UFPB, 2021.

SOUZA, Artur da FONSECA Mello; MILHOMEM, Maria José Carvalho de Sousa. Inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista na pandemia: uma revisão integrativa. *ResearchGate*, 2024



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição -Compartilha Igual (CC BY-SA- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

Maria I. B. Viol, Maria E. G Ribeiro	Belo Horizonte	v.1	n.19	2025.1	e-ISSN: 2317-0220
--------------------------------------	----------------	-----	------	--------	-------------------

Realização:

Apoio:

Produção:

